



Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu, realizada no dia 14/10/2025

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH MANHUAÇU

1
2 No dia vinte e nove de julho, às nove horas, teve início, de forma virtual, a 22ª Reunião
3 Extraordinária do CBH Manhuaçu, Juliana Vilela, da Secretaria Executiva da
4 AGEDOCE, solicitou que os representantes de municípios, cujos nomes não
5 correspondem aos registrados no portal oficial, informem para verificação e substituição
6 formal, o que é crucial para as questões de voto e composição plenária. Foi confirmada
7 a existência de quórum inicial para o início da reunião, sendo registrado que a
8 conferência formal dos participantes ocorrerá em ambiente virtual. Juliana passou a
9 palavra para o presidente Genilson Tadeu dar as boas-vindas. Ele expressou gratidão
10 pela participação efetiva e voluntária dos membros do Comitê, ressaltando que o
11 trabalho é fundamental para o desempenho ao longo dos anos. Genilson enfatizou a
12 importância da Bacia do Manhuaçu para a Bacia do Doce. Também destacou que,
13 apesar das dificuldades financeiras e da ausência de grandes empreendimentos
14 minerários, a Bacia do Manhuaçu se destaca como produtora de água, fornecendo um
15 volume de qualidade e quantidade essencial para municípios como Resplendor, Santa
16 Rita, Aimorés e Baixo Guandu, especialmente durante o período da lama de Mariana.
17 Genilson reforçou que a água é o principal produto da Bacia do Manhuaçu e que isso
18 precisa ser reconhecido em toda a Bacia do Doce. Ele sublinhou a importância crucial
19 da reunião para a renovação do contrato com a agência equiparada, um processo longo
20 que exige a atenção e contribuição de todos os participantes para garantir um
21 documento seguro para a Bacia. Juliana agradeceu a excelente introdução. Dando
22 continuidade à reunião, a palavra foi concedida à vice-presidente, Flávia Dias Herculano
23 Raposo, que iniciou cumprimentando a todos os presentes. Em seguida, elogiou as
24 considerações do presidente e destacou que os desafios enfrentados na Bacia do
25 Manhuaçu são distintos daqueles verificados em outras regiões da Bacia do Rio Doce.
26 Ressaltou, em especial, a ausência de grandes empreendimentos, os quais poderiam
27 gerar recursos significativos para a execução de ações ambientais. Essa limitação,
28 segundo ela, dificulta a implementação de medidas como a retenção de sedimentos.
29 Ainda assim, manifestou expectativas quanto aos avanços que poderão ser alcançados
30 em breve. Flávia salientou importância da permanência e participação até o final da
31 reunião para colaborar com o processo de gestão. Juliana direcionou a palavra ao
32 conselheiro Senisi de Almeida Rocha, desejando boas-vindas. Ele expressou sua
33 satisfação em estar entre os membros do Comitê, destacando a importância do trabalho
34 desenvolvido pela agência e ressaltando que seu envolvimento com a causa representa,





Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu, realizada no dia 14/10/2025

35 para ele, uma missão de vida. Enfatizou seu compromisso pessoal em contribuir para a
36 melhoria da qualidade e da quantidade das águas na região. Finalizando as falas da
37 diretoria, passou-se ao secretário adjunto, Toríbio Cordeiro Neto, que manifestou o
38 desejo de que a reunião alcance os objetivos e que o grupo permaneça unido. Na
39 sequência, Juliana concedeu a palavra ao Leandro Calil, representante do Instituto
40 Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Ele cumprimentou e agradeceu a todos os
41 presentes, iniciando sua fala explicando que o processo de escolha da AGEDOCE como
42 agência equiparada para os comitês mineiros da Bacia do Rio Doce é um passo
43 fundamental para garantir a legitimidade democrática do processo de gestão dos
44 recursos hídricos. Informou que a celebração do contrato de gestão será tratada em um
45 momento posterior, sendo que, neste estágio, o principal objetivo é a confirmação da
46 indicação da AGEDOCE. Ressaltou, ainda, que o IGAM está promovendo a coleta de
47 contribuições junto aos comitês para o aprimoramento do referido contrato. Em nome
48 da diretoria da AGEDOCE, Alex Cardoso cumprimentou cordialmente todos os
49 conselheiros do CBH Manhuaçu. Manifestou sua honra e alegria em participar da
50 reunião, reforçando o carinho especial que tem pela região. Destacou a fala do
51 conselheiro Genilson, ressaltando que, embora a Bacia do Manhuaçu apresente uma
52 arrecadação menor em comparação a outras bacias, ela possui um perfil fortemente
53 conservacionista. Com diversas unidades de conservação em seu território, a Bacia
54 contribui de forma significativa para a preservação ambiental de toda a Bacia do Rio
55 Doce. Alex informou que a pauta principal da reunião trata da indicação para renovação
56 da delegação, cuja segunda etapa será a discussão sobre o contrato de gestão.
57 Ressaltou que o processo foi amplamente participativo, contando com diversas reuniões
58 e ampla escuta dos envolvidos. Mencionou que os trâmites para a renovação foram
59 iniciados em janeiro, em âmbito estadual, e em maio, em âmbito federal. Finalizou
60 desejando uma excelente reunião a todos e colocou-se à disposição para
61 esclarecimentos e contribuições. Juliana esclareceu a Flávia que, embora um ofício da
62 Prefeitura de Luisburgo mencionasse a mudança de secretariado, ele não solicitava
63 explicitamente a substituição no Comitê, o que impediria a pessoa de votar até que o
64 ofício seja retificado. Juliana confirmou que a pessoa pode participar como convidado
65 até resolver a questão. Começou a confirmação do quórum. Ela destacou a informação
66 registrada no chat pelo município de Aimorés, informando que não foi realizada a
67 substituição do representante. Solicitou um telefone de contato e informou que a
68 situação será verificada. Em relação ao quórum, 28 instituições votantes estavam





Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu, realizada no dia 14/10/2025

69 presentes, superando o quórum necessário. Compartilhou a convocação da reunião.
70 Genilson Tadeu, destacou a importância da participação contínua da pessoa mesmo
71 sem direito a voto para que tenha conhecimento dos documentos aprovados. Juliana
72 passou a palavra ao presidente para os informes do dia. O presidente Genilson Tadeu
73 informou sobre sua participação no Fórum Mineiro de Comitês, realizado no município
74 de Paracatu, nos dias dez e onze de julho. Destacou que não houve quórum suficiente
75 para deliberação referente à alteração do regimento interno, especificamente sobre o
76 processo de eleição da presidência. Relatou ainda visitas realizadas durante o evento,
77 incluindo uma empresa de bioenergia que utiliza um sistema de reservação de água da
78 chuva, e a uma mineradora de ouro, ressaltando tanto a importância da reservação
79 hídrica quanto os desafios enfrentados pela mineração em larga escala. Genilson
80 também informou que foi apresentada uma proposta de moção de reconhecimento pelo
81 trabalho da senhora Isaura Paixão no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do
82 Manhuaçu. Destacou que Isaura foi uma figura fundamental na formação e no
83 engajamento do Comitê, sendo amplamente reconhecida por sua dedicação e
84 contribuição. Como forma de homenagem, o Fórum Mineiro de Comitês oferecerá uma
85 placa comemorativa à sua família. Em continuidade aos informes, a conselheira Flávia
86 reforçou a fala do presidente Genilson sobre a importância da preservação da água. Na
87 ocasião, solicitou o registro em vídeo da apresentação realizada por Henrique Lobo, na
88 cidade de Lajinha, onde, por meio de estudos científicos, foi demonstrada a necessidade
89 de reservar as águas como medida essencial para a adaptação climática e a segurança
90 hídrica da região. Senisi Rocha levantou dúvidas sobre o processo eleitoral
91 complementar e a atuação da Comissão responsável. Destacou a realização do 26°
92 ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, que ocorrerá na
93 cidade de Vitória (ES), entre os dias oito e treze de setembro de dois mil e vinte cinco.
94 Senisi anunciou que o CBH Manhuaçu financiará a participação de três representantes
95 no evento, sendo solicitado que os nomes dos(as) interessados(as) sejam informados
96 durante a reunião. Além disso, informou que as inscrições para apresentação de
97 trabalhos científicos no ENCOB estão abertas, incentivando a participação dos
98 membros do Comitê com pesquisas e experiências relacionadas à gestão dos recursos
99 hídricos. Juliana esclareceu que o processo eleitoral complementar é conduzido pelo
100 IGAM trabalhando com todos os comitês de Minas Gerais, visando criar um cadastro de
101 reserva de instituições, e a Comissão Eleitoral atuará na análise das documentações
102 quando o IGAM finalizar o recebimento das inscrições. A Comissão também atuará no





Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu, realizada no dia 14/10/2025

103 processo de eleição da nova diretoria, cujo mandato vencerá em outubro, com o edital
104 a ser publicado em breve. Flávia Dias solicitou esclarecimentos sobre o prazo, e foi
105 confirmado que até segunda-feira é o prazo para instituições que ainda não fazem parte
106 do Comitê se inscreverem para o cadastro de reserva e preenchimento de vacância.
107 Encerrado o segundo item da pauta, deu-se início ao terceiro item, referente à
108 aprovação da ata da 46ª Reunião Ordinária, realizada no dia vinte e cinco de março de
109 dois mil vinte cinco. A referida ata foi aprovada por aclamação, sem manifestações de
110 alteração. Passou-se ao quarto item referente a deliberação sobre o processo de
111 renovação da equiparação da AGEVAP. A oportunidade foi dada à diretoria e aos
112 membros das câmaras técnicas. Alex Cardoso prestou esclarecimentos a respeito do
113 evento realizado em Belo Horizonte, no qual o vice-governador do Estado apresentou o
114 programa de saneamento financiado com recursos provenientes do Acordo de Mariana.
115 Informou que o evento teve caráter político, não havendo espaço para manifestações
116 formais ou perguntas por parte dos comitês de bacia hidrográfica presentes. Explicou
117 que o programa prevê a realização de uma licitação no ano de dois mil e vinte seis, no
118 formato de parceria público-privada (PPP). A empresa vencedora será responsável por
119 executar obras de saneamento na região da Bacia do Rio Doce, utilizando os recursos
120 de reparação e assumindo a concessão dos serviços nos municípios que aderirem ao
121 programa. Esclareceu ainda que os municípios que não aderirem ao programa não terão
122 acesso aos recursos destinados à reparação. A conselheira Flávia Dias questionou Alex
123 Cardoso a respeito das informações relativas aos processos de restauração ambiental
124 que seriam transferidos da Fundação Renova para o Estado. Expressou preocupação
125 com a falta de transparência sobre o assunto, especialmente diante da informação de
126 que 46% dos recursos seriam destinados à Bacia do Manhuaçu. Em resposta, Alex
127 Cardoso informou que ainda não há informações oficiais disponíveis sobre o processo.
128 Relatou que, há cerca de dois meses, foi encaminhado um e-mail à empresa Samarco,
129 solicitando esclarecimentos, mas até o momento não houve retorno. Esclareceu que,
130 conforme informações preliminares, a Samarco deverá assumir a continuidade da
131 restauração florestal dos projetos iniciados, enquanto o Estado passaria a ser
132 responsável pela gestão de novos projetos, em parceria com outros órgãos públicos.
133 Flávia Dias agradeceu e reforçou a necessidade de maior pressão e mobilização junto
134 às entidades responsáveis, a fim de assegurar que os recursos bilionários destinados à
135 reparação sejam efetivamente aplicados na Bacia do Manhuaçu, uma vez que se trata
136 de uma região produtora de água, com demandas urgentes por investimentos em





Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu, realizada no dia 14/10/2025

137 conservação e melhoria ambiental. Alex pede para Juliana registrar na planilha de
138 encaminhamentos. Senisi Rocha expressou preocupação com a falta de inclusão dos
139 comitês de bacia nas discussões estratégicas e ações apresentadas por outros atores
140 na Bacia, ignorando a cultura brasileira de debate e articulação dos comitês no território.
141 Enfatizou que os comitês, que são essenciais para os planos de bacia e a articulação
142 no território, não foram sequer mencionados em eventos e que as estratégias não são
143 discutidas com eles. Juliana deu início à discussão sobre o processo de renovação da
144 equiparação da AGEDOCE, que atua como agência de água na Bacia do Doce, desde
145 o ano de dois mil e vinte e um, tanto na porção federal quanto nos afluentes mineiros.
146 Este processo envolve a indicação da AGEDOCE ao Conselho Estadual de Recursos
147 Hídricos para continuar exercendo as funções de agência de água. Genilson perguntou
148 se os indicadores e metas seriam discutidos posteriormente, e Juliana esclareceu que,
149 embora interligados ao processo de equiparação, a discussão principal no momento é
150 a renovação da equiparação em si. Ela detalhou que a AGEDOCE exerce as funções
151 de entidade equiparada, atuando como braço executivo do Comitê com apoio técnico,
152 administrativo, financeiro e de secretaria executiva para o funcionamento do CBH
153 Manhuaçu e dos demais comitês inseridos no território que tem cobrança pelo uso da
154 água. A delegação federal da AGEDOCE foi aprovada no ano de dois mil e vinte e
155 referendada pelo Conselho Nacional, com vigência até o final do ano de dois mil vinte
156 cinco, enquanto a delegação nos comitês mineiros, também com vigência até trinta e
157 um de dezembro de dois mil e vinte cinco, foi aprovada por suas plenárias e referendada
158 pelo Conselho Estadual. Juliana informou que um grupo único de acompanhamento do
159 contrato de gestão, composto por dois representantes de cada comitê, foi instituído para
160 avaliar os indicadores e metas da AGEDOCE, em um trabalho conjunto. Este grupo se
161 reuniu duas vezes para consolidar um relatório de avaliação, que abrange frentes como
162 secretaria executiva, gestão administrativa, gestão finalística e gestão proativa.
163 Destacou que, ao longo do primeiro ciclo, a avaliação da agência evoluiu de "regular"
164 para "bom", com a expectativa de alcançar o conceito "ótimo" (acima de nove) na
165 avaliação de dois mil e vinte quatro. O relatório do grupo, que foi compartilhado com os
166 conselheiros, contém a íntegra das avaliações e as justificativas para as notas
167 alcançadas em cada período. Apresentou uma linha do tempo do processo de
168 renovação, que começou no Comitê Federal com a aprovação da delegação da
169 AGEDOCE por dez anos, referendada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
170 Com base nessa delegação federal, foi possível iniciar o processo nos afluentes





Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu, realizada no dia 14/10/2025

171 mineiros, conforme previsto no decreto estadual. Juliana explicou que, paralelamente
172 ao processo de renovação, foi elaborado um plano de ação para aprimorar o
173 atendimento da agência e alinhar sua atuação às expectativas dos comitês. Este plano,
174 construído coletivamente com as diretorias e câmaras técnicas, não é o programa de
175 trabalho do contrato de gestão, mas uma ferramenta estratégica para melhorar o
176 atendimento e planejar o ciclo dois mil e vinte seis a dois mil e trinta. O grupo de
177 acompanhamento e as câmaras técnicas recomendaram favoravelmente a renovação
178 da equiparação da AGEDOCE, embora reconheçam a necessidade de rever
179 indicadores e metas, consolidar o pacto de integração, e qualificar os processos de
180 planejamento e execução. Juliana enfatizou a importância de fortalecer a articulação
181 com o órgão gestor e ampliar a capacidade técnica e gerencial da agência,
182 considerando as especificidades de cada território. O parecer da câmara técnica,
183 resultado de uma reunião integrada entre as câmaras técnicas, também encaminhado
184 aos conselheiros, consolidou a recomendação favorável à renovação da equiparação.
185 O parecer destaca o embasamento legal, incluindo a lei estadual e o decreto que
186 permitem a equiparação de entidades às funções de agência de água, especialmente
187 quando há uma entidade delegada em âmbito federal na mesma bacia. Ao abrir a
188 palavra aos conselheiros, Genilson questionou sobre a baixa arrecadação do CBH
189 Manhuaçu, destacando que, mesmo com menor arrecadação, as ações realizadas
190 deveriam ser equivalentes às dos demais comitês da Bacia do Rio Doce. Ressaltou que,
191 no modelo de gestão compartilhada, os recursos são, em parte, redistribuídos e
192 aplicados na Bacia por meio de ações coordenadas pelo CBH Doce, utilizando recursos
193 provenientes da arrecadação geral da Bacia. Comentou também a reivindicação do CBH
194 Piracicaba, defendendo que os recursos arrecadados na sua região permaneçam sob
195 sua gestão exclusiva, o que levanta um debate sobre equidade e autonomia financeira
196 entre os comitês integrantes da Bacia. Juliana explica que sobre o recurso federal do
197 CBH Doce o Piracicaba não tem governabilidade pois o investimento próprio é aplicado
198 na bacia em que foi gerada. Alex Cardoso esclareceu a diferença entre investimento e
199 custeio, explicando que 92,5% do que o comitê arrecada é para investimento nas
200 despesas e apoio ao comitê, enquanto 7,5% são para custeio da entidade delegatária.
201 Alex Cardoso detalhou que, embora o Piracicaba arrecade mais, o custeio é único para
202 os seis comitês mineiros, e as despesas de investimento rateadas (como comunicação)
203 são pagas por cada comitê conforme sua demanda ou rateadas entre os comitês federal
204 e estadual. Eduardo Araujo representante do IGAM, ressaltou a importância de todos





Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu, realizada no dia 14/10/2025

205 os conselheiros compreenderem o funcionamento da agência de bacia, o que é recurso
206 de custeio e investimento, e o papel do comitê como órgão consultivo, propositivo e
207 deliberativo, e não administrativo ou fiscalizatório. Ele enfatizou que o papel do comitê
208 é decidir "quem" fará a gestão administrativa e executiva dos recursos, e que a
209 fiscalização do contrato de gestão é uma responsabilidade solidária com o IGAM e a
210 ANA. Flávia destacou a necessidade de acompanhar de perto a implementação do
211 plano e cobrar resultados da agência, reforçando que o Comitê deve ser proativo na
212 escolha, acompanhamento e verificação das ações em campo. O conselheiro Gesse
213 Antônio de Souza levantou o questionamento sobre a falta de outras agências
214 delegatárias com as quais se possa comparar as atividades desenvolvidas pela
215 AGEDOCE, o que, segundo ele, dificulta a avaliação de desempenho. Em resposta,
216 Eduardo destacou que, de fato, o Brasil possui poucas experiências consolidadas de
217 entidades delegatárias, o que limita as possibilidades de comparação direta. No entanto,
218 reforçou que a AGEDOCE é atualmente considerada a melhor agência delegatária do
219 país, segundo avaliações de desempenho realizadas. Enfatizou ainda que a avaliação
220 da agência deve estar centrada no cumprimento das metas estabelecidas no contrato
221 de gestão, bem como na qualidade do atendimento e suporte prestado aos comitês de
222 bacia. Genilson foca na contribuição dos comitês em realizar as atividades para chegar
223 no resultado. Convoca a presença de todos os conselheiros participando lado a lado
224 com a comunidade. Alex Cardoso defendeu a necessidade de trabalhar com
225 planejamento e melhoria contínua, utilizando o plano de ação como um documento-
226 chave para reavaliar o processo e corrigir pontos de melhoria ao longo do tempo. Ele
227 ressaltou o compromisso da AGEDOCE em ouvir as demandas dos comitês para uma
228 gestão de recursos hídricos pautada na transparência, na participação e nas entregas.
229 Alex Cardoso anunciou a criação de novos canais de comunicação para a AGEDOCE,
230 incluindo um telefone geral, um canal da Secretaria Executiva e um canal específico
231 para a área técnica, todos com WhatsApp e telefone, para facilitar o acesso dos
232 conselheiros e municípios a informações sobre programas e projetos. Ele também
233 informou que todos os contatos e documentos estão disponíveis no site da Agência.
234 Apresentou os contatos da agência, incluindo áreas como logística, controle interno e
235 compras, e mencionou a melhoria dos canais de comunicação, como o SIGA, para
236 atender melhor às necessidades do Comitê. Ele também destacou o estudo consolidado
237 dos planos municipais de saneamento, que será enviado por e-mail, e ressaltou que a
238 AGEVAP tem um histórico positivo em prestação de contas, sem ações do Ministério





Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu, realizada no dia 14/10/2025

239 Público. Alex enfatizou a importância da Bacia avançar na gestão de recursos hídricos
240 e de todos trabalharem como parceiros para o sucesso das ações. Genilson sugeriu o
241 início da discussão sobre a deliberação referente ao contrato de gestão, propondo que
242 fosse feita uma avaliação específica quanto ao prazo de vigência do contrato.
243 Mencionou que, no âmbito do CBH Doce, o contrato foi estabelecido com prazo de dez
244 anos, e solicitou que todos os membros do Comitê se manifestassem quanto à sua
245 sugestão ou preferência em relação ao prazo, a fim de subsidiar uma decisão coletiva
246 e fundamentada. Senisi Rocha endossou a importância de encaminhar a questão da
247 delegação para deliberação, destacando que este é o tema mais relevante no momento,
248 por se tratar do futuro institucional do Comitê. Ressaltou que a antecipação da discussão
249 é essencial para que a proposta possa ser pautada no Conselho Estadual de Recursos
250 Hídricos, previsto para o mês de agosto, evitando contratempos ou atrasos no processo.
251 Apesar de a Câmara Técnica ter se manifestado favoravelmente ao prazo de dez anos
252 e a norma estadual permitir esse período, Senisi propôs a alteração do prazo para cinco
253 anos, argumentando que este seria mais razoável e prudente neste contexto. Reforçou
254 que a decisão sobre o prazo da delegação é prerrogativa do comitê e formalizou a
255 sugestão de alteração do prazo de dez para cinco anos, a ser apreciada em deliberação
256 plenária. Renan Malta, Flavia Dias Herculano, Gesse Antônio de Souza e Maria Lucia
257 de Cristo, apoiaram a redução do prazo para cinco anos, argumentando que isso
258 proporcionaria maior mobilidade, celeridade nas ações e um acompanhamento mais
259 próximo do contrato, além de estimular uma gestão mais robusta e renovações mais
260 frequentes. Eles enfatizaram que um prazo menor evita a procrastinação e permite
261 melhorias contínuas. Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas manifestou-se contrária
262 ao prazo de cinco anos, defendendo que dez anos é factível e não impede o Comitê de
263 propor aditivos ou encerramentos a qualquer tempo. Ela argumentou que planejamento
264 de obras de saneamento exige um horizonte de dez anos para ações de médio e longo
265 prazo e que os demais comitês da bacia estão optando por dez anos, o que evitaria
266 dificuldades e demoras. Maria Aparecida também mencionou a experiência com a
267 AGEVAP no Conselho Nacional, onde um período inicial de três anos foi insuficiente
268 devido à burocracia, e que a AGEDOCE tem cumprido bem suas funções em outras
269 bacias. Toríbio Cordeiro apoiou a proposta de cinco anos, destacando a capacidade da
270 AGEDOCE em executar e alavancar projetos nos últimos quatro anos e sugeriu um bom
271 planejamento para os próximos cinco anos para melhorar a qualidade da água e a
272 capacitação. Senisi Rocha esclareceu que, ao contrário do que foi dito, não sabia que





Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu, realizada no dia 14/10/2025

273 todos os comitês haviam deliberado por dez anos, e reforçou que o comitê tem a
274 prerrogativa de deliberar por cinco anos, podendo prorrogar ou aditar futuramente.
275 Eduardo Araujo pediu uma reflexão sobre a proposta de dez anos, salientando que ela
276 não foi feita "à toa" e que, ao ter pouco conhecimento sobre o processo, pode-se
277 cometer erros. Ele achou pertinente a fala da conselheira Maria Aparecida e ressaltou
278 a participação ativa dos conselheiros, mas enfatizou a necessidade de capacidade
279 técnica para as decisões e que prazos menores implicam retrabalho e consumo de
280 tempo que deveria ser gasto com a gestão. Eduardo Araujo mencionou que o rito não
281 chegou por vontade da plenária e que, embora confie na capacidade dos conselheiros,
282 a decisão deve ser embasada em conhecimento técnico. Senisi Rocha respondeu a
283 Eduardo Araujo, que houve mais de vinte horas de reuniões e discussões aprofundadas
284 sobre o tema nos últimos dias, e que o conhecimento não faltou. Ele explicou que o
285 grupo de acompanhamento de contrato de gestão precisa de uma atuação mais
286 dinâmica e que os índices atuais não refletem adequadamente o cotidiano da agência.
287 Senisi Rocha destacou que a oportunidade de rever a relação do contrato de delegação
288 é o único momento favorável para discutir essas questões e que as discussões com a
289 agência após a Câmara Técnica, levaram à proposta de cinco anos. Eduardo Araujo
290 discordou de Senisi Rocha, argumentando que, se o grupo de trabalho possuía
291 informações relevantes e não as trouxe para esclarecimento da plenária antes da
292 deliberação inicial de dez anos, houve um equívoco na orientação. Eduardo reiterou que
293 a plenária deveria ter sido mais bem orientada e que o processo de leitura do contrato
294 deveria ter ocorrido antes. Juliana esclareceu que o Piracicaba só emitiu o parecer da
295 Câmara Técnica após uma reunião em que o contrato foi tratado e que as
296 recomendações desse Comitê sobre melhoria de indicadores e metas serão úteis para
297 todos. Leandro Calil, representante do IGAM, ponderou que a discussão atual é sobre
298 a equiparação da AGEDOCE como agência de bacia, não sobre o contrato de gestão
299 em si e que a decisão ainda precisa ser ratificada pelo Conselho Estadual. Ele não vê
300 razões para não conceder um prazo de dez anos, dado que a AGEDOCE é uma das
301 melhores agências do país e o contrato pode ser revisto a qualquer momento com
302 consenso entre IGAM, agência e comitês. Leandro Calil destacou que o POA e o PAP
303 são revistos anualmente ou a cada cinco anos, garantindo o diálogo e o controle do
304 comitê sobre as ações da agência, e que não há necessidade de travas no contrato se
305 a agência é competente. Ele concluiu que só faria sentido um prazo menor se houvesse
306 a perspectiva de uma entidade superior surgindo. O conselheiro Roberto Luiz David,





Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu, realizada no dia 14/10/2025

307 recém-integrado ao Comitê, manifestou apoio à proposta de renovação da delegação
308 por dez anos. Argumentou que, embora o contrato possa ser revisto ou mesmo
309 rescindido a qualquer momento, o processo de renovação é complexo e trabalhoso, o
310 que justifica a adoção de um prazo mais longo. Demonstrou confiança na atuação da
311 AGEDOCE, destacando que a entidade tem realizado um bom trabalho e correspondeu
312 às expectativas dos comitês, até o momento. Nesse sentido, defendeu que o Comitê
313 deve conceder um voto de confiança à AGEDOCE, permitindo que dê continuidade aos
314 trabalhos, ressaltando, contudo, que eventuais manifestações contrárias poderão ser
315 feitas caso surjam situações que justifiquem nova avaliação. Alex Cardoso
316 complementou a discussão explicando que o PAP (Plano de Aplicação Plurianual)
317 possui duração de cinco anos e é proposto pela entidade delegatária para aprovação
318 do Comitê. O POA (Plano Operacional Anual), como o nome indica, é elaborado
319 anualmente, enquanto o Plano de Recursos Hídricos tem uma vigência mais longa, de
320 vinte anos. Enfatizou que o acompanhamento do contrato de gestão deve ser realizado,
321 anualmente, independentemente do prazo total de vigência do contrato (seja 5 ou 10
322 anos). Isso permite corrigir eventuais desvios de rota ao longo do percurso, evitando
323 que as avaliações fiquem concentradas apenas no último ano, o que poderia
324 comprometer a execução de novas contratações e ações, especialmente quando o
325 contrato estiver próximo do fim. Por fim, reforçou a importância da transparência e da
326 periodicidade tanto do planejamento quanto do acompanhamento das ações, como
327 elementos fundamentais para a boa governança e efetividade da gestão dos recursos
328 hídricos. Juliana conduziu a votação referente à renovação da delegação da entidade
329 delegatária, organizada em duas etapas: na primeira etapa, foi submetida à apreciação
330 a proposta de equiparação da renovação, sem considerar o prazo de vigência. A
331 proposta foi aprovada por aclamação, sem votos contrários ou abstenções. Na segunda
332 etapa, realizou-se votação nominal para definição do prazo de renovação, entre as
333 opções de cinco ou dez anos. O resultado foi o seguinte: 19 (dezenove) votos a favor
334 do prazo de cinco anos; 6(seis) votos a favor do prazo de dez anos; 1 (uma) abstenção.
335 Dessa forma, a deliberação final foi pela aprovação da renovação da delegação por um
336 período de cinco anos. Alex Cardoso informou que o estudo consolidado encaminhado
337 foi feito pela área técnica, pediu para os conselheiros olharem e se possível encaminhar
338 às prefeituras municipais. Acha importante analisar os avanços obtidos na política de
339 saneamento. A agência comunicará a data da reunião para apresentação dos estudos
340 preliminares e dos sucessos e insucessos na região. Os municípios contemplados pelo





Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu, realizada no dia 14/10/2025

341 edital de chamamento público na Iniciativa PROTATAR foram Luisburgo, Manhuaçu,
342 Alto Jequitibá e Durandé. Arthur Jose Mendes Pamponet, da AGEDOCE, discutiu o
343 projeto de sedimentos, um anseio de todos os presentes, e mencionou que eles se
344 reuniram com o Thiago da Emater e a Prefeitura de Manhuaçu para identificar
345 diagnósticos e tratativas técnicas implementadas. Alex Cardoso destacou a participação
346 do CBH Manhuaçu na Semana do Fazendeiro, realizada em Viçosa, ressaltando a
347 importância da presença do comitê em eventos regionais de fortalecimento institucional
348 e troca de experiências. Mencionou ainda o próximo evento nacional, o 26º ENCOB,
349 que será realizado em Vitória (ES), reafirmando o compromisso da AGEDOCE com o
350 suporte logístico necessário para garantir a participação dos representantes do Comitê.
351 Ao final, colocou-se à disposição para esclarecimentos e apoio no que for necessário
352 para a viabilização das participações. Gesse Antônio de Souza convidou a todos para a
353 feira regional de tecnologia, inovação e robótica, que será realizada em Mutum no dia
354 quinze de agosto de dois mil vinte e cinco, com o objetivo de incentivar os jovens a se
355 engajarem nas questões da bacia hidrográfica. Senisi Rocha e Juliana discutiram a
356 necessidade de envio de um e-mail a todos os membros do Comitê, com o objetivo de
357 organizar as inscrições para composição do quórum de participação no 26º ENCOB. Foi
358 acordado que será estabelecido um prazo de uma semana para que os interessados
359 manifestem seu interesse, permitindo, assim, a avaliação dos critérios de elegibilidade
360 e a definição dos participantes de forma transparente e organizada. Senisi Rocha e
361 Evandro Carvalho abordaram a importante interação entre a Superintendência Regional
362 de Saúde de Manhuaçu e o Comitê de Bacia do Manhuaçu, iniciada após um Encontro
363 de Integração do da Bacia Rio Doce, em 2024. Eles mencionaram eventos anteriores,
364 como a apresentação do Comitê a gestores de saúde e um seminário para novos
365 gestores municipais, e estão planejando um terceiro evento para setembro, focado na
366 gestão de recursos hídricos para gestores de saúde, ampliando para agricultura e
367 ecologia. Segundo Evandro, estão sendo distribuídos os convites para o evento. Ele
368 agradece o empenho e apoio do Comitê. Genilson reiterou a importância de levar o tema
369 da água para a secretaria de saúde, tratando de saneamento e outros assuntos cruciais.
370 Juliana informou que não havia mais inscritos para considerações finais e convidou o
371 presidente Genilson Tadeu para realizar o encerramento da reunião, solicitando ainda
372 que todos os participantes abrissem suas câmeras para o registro fotográfico do
373 encontro. Genilson agradeceu a presença e a contribuição de todos, ressaltando que o
374 CBH Manhuaçu é um órgão paritário e democrático, onde todos os membros têm voz





Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu, realizada no dia 14/10/2025

375 ativa na gestão dos recursos hídricos da Bacia. Não havendo mais assuntos a tratar, a
376 reunião foi encerrada às 12h. Estiveram presentes Alex Cardoso, Arthur Jose Mendes
377 Pamponet, Genilson Tadeu Silva, Juliana Vilela Pinto, Flávia Dias Herculano Raposo,
378 Senisi de Almeida Rocha, Toríbio Cordeiro Neto, Leonardo Calil, Eduardo de Araújo
379 Rodrigues, Jorge Luiz Pereira Valle, Thiago Braga de Oliveira, Moisés Nonato Santos
380 Aguiar, Layane Ribeiro de Oliveira, Gesse Antônio de Souza, Evandro Carvalho
381 Dornellas, Maria Lucia Simão Salles, Raul Vitor Alves Gomes, Fabrício Vinicius de
382 Souza Pereira, Saulo Soares Neiva, Daniel José da Costa Evangelista, Áureo Adriano
383 da Silva, Walleska Mariane Barros, Gabriella Bossanelli, Renato Junio Constâncio,
384 Dênio Drummond Procópio, Rosângela de Faria e Coelho, Bruna Andrade Batista,
385 Dianick Roberta da Silva Teixeira, Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, Jeferson
386 Bello dos Santos, Karone Marilus Rocha de Oliveira, Michelle, Renan Luis Malta Silva,
387 Roberto Luiz David, Carlos Alberto Monteiro, Maria Lúcia de Cristo, Daniella Eloi de
388 Souza, Evandro Vandrinho.

389

390

(assinado eletronicamente)

391

GENILSON TADEU SILVA

392

Presidente do CBH Manhuaçu

